



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

## DISCURSO DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA RAQUEL DODGE

Posse da nova diretoria da ESMPU

Brasília, 2 de fevereiro de 2018.

[Cumprimentos iniciais]

[Nominata com cerimonial]

Este é um momento de expressar gratidão, e celebrar a esperança! Ao empossar a nova diretoria da Escola Superior do Ministério Público da União, quero saudar e agradecer aos colegas que se despedem da direção da Escola, deixando marcas e marcos por seu diligente trabalho à frente desta instituição de ensino: o Procurador da República Carlos Henrique Martins Lima – nosso Caíque - e a Subprocuradora-Geral do Trabalho Sandra Lia Simón<sup>1</sup>. A vocês, e por todos nós, agradeço o tempo, o planejamento, a visão estratégica, a dedicação e o empenho na gestão desta casa de ensino e aprendizagem, na formação continuada de nossos colegas procuradores e procuradoras, servidores e servidoras. Daremos continuidade aos esforços desenvolvidos, para que a Escola Superior esteja cada vez mais a serviço da especialização de membros e servidores de todos os ramos do MP, objetivando ser cada vez mais

1 <http://escola.mpu.mp.br/a-escola/institucional/gestao-superior>

instituição de excelência na formação profissional e na produção de conhecimentos.

Celebro a esperança com a chegada dos colegas João Akira Omoto, procurador Regional da República, e Alberto Bastos Balazeiro, procurador do Trabalho, empossados como diretor-geral e diretor-geral adjunto, respectivamente. Recebam a confiança de todas e todos, e os votos de sucesso e alegria em seu mister, neste biênio de 2018/2019, na direção desta Casa.

Os Ministérios Públicos, essenciais à justiça, produzem conhecimento sobre o Direito como é, e o Direito como deve ser, em seu papel transformador da realidade social, e instrumento de construção do Estado Democrático.

Esta é uma Escola de teoria e de ação. Que ensina o que se pratica, para que se pratique o que se ensina. Que aprende com os acertos, e permite aprimoramento com o conhecimento dos erros. Que vivencia o diálogo, na horizontalidade que uma aproximação com a alteridade requer. Aprendemos uns com os outros, e nos ensinamos reciprocamente.

Nesta casa, os vários ramos do MPU se encontram na comum árvore do conhecimento. O conhecimento – ao lado da sabedoria –, anunciava Salomão, prepara-nos um banquete de delícias. A sabedoria alimenta a alma, promove satisfação e segurança interior, e o conhecimento – quando compartilhado – traz uma satisfação solidária, como proclamado nos Provérbios: “Dá instrução ao sábio, e ele se fará mais sábio ainda; ensina ao justo, e ele crescerá em prudência.”<sup>2</sup>

---

2 Provérbios 9.9

As escolhas do Dr. João Akira decidiram minha escolha. O trajeto desenhado por seus passos revela que seus caminhos lhe levaram a pessoas, não apenas a lugares. E nos lugares que visitou, aqueles a quem encontrou explicam a direção e o sentido que adotou. São índios, quilombolas, pessoas com deficiência, migrantes e imigrantes, brasileiros ou estrangeiros, sem vez e sem voz, que encontraram nesse colega da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, nesse membro da Câmara de Coordenação e Revisão, nesse procurador federal adjunto dos Direitos do Cidadão, alguém com coragem para elevar a própria voz, e revelar as injustiças contra os pequenos. É esse João, que aplaina caminhos e endireita veredas, que se dispõe a dirigir esta instituição acadêmica, a qual certamente agregará novas qualidades com o conhecimento e experiência desse nosso incansável colega.

Também somos agraciados com a expertise, a experiência e a vivência do Dr. Alberto Bastos Balazeiro, que é procurador do Trabalho desde 2008 e esteve à frente do Ministério Público do Trabalho na Bahia nos biênios de 2013/2015 e de 2015/2017, indo mais longe na implantação de unidades do MPT, para torná-lo mais perto dos trabalhadores, para estar ao seu lado, no esforço de realizar justiça social, no campo e na cidade. O Dr. Balazeiro traz suas habilidades e competências de gestor que o fazem merecedor dos nossos votos de sucesso e alegria no auxílio da direção desta Casa.

A presença do Dr. Balazeiro será indispensável ao Dr. João Akira, para concretização do projeto de construção da sede própria da Escola, aqui ao lado, nesta mesma L2 Sul, assegurando identidade e afirmando a dignidade que a Escola tem.

Esta é uma instituição de ensino superior diferenciada. É a Escola do Ministério Público da União. Os ministérios públicos são instituições que, ao atuarem o Direito, produzem conhecimento prático sobre como conflitos podem ser resolvidos. Por terem iniciativas processuais e extrajudiciais nas várias instâncias e órgãos do Judiciário, inovam em teses jurídicas, e densificam princípios e preceitos normativos. Entretanto, a realidade é que conhecemos mais e melhor a opinião e os pronunciamentos dos magistrados e advogados que a opinião e o pensamento dos colegas membros dos ministérios públicos.

A Escola é um lugar privilegiado da sistematização e difusão do pensamento e da atuação dos membros do MPU. E as ações, cursos de formação, cursos de iniciação e vitaliciamento, eventos, programações, convênios de cooperação, devem refletir as várias dimensões plurais do MPU. Pluralidade de ramos de atuação, pluralidade de pensamentos políticos e de visões de mundo, pluralidade de gênero, pluralidade de raça e cor. Conhecer, reconhecer e respeitar a pluralidade significa também atuar para assegurar a igualdade na lei e nos fatos, superando discriminações diretas e indiretas, atentas e atentos que devemos ser aos impactos das ações que adotamos. Daí que é preciso uma mirada especial na perspectiva de gênero. A Escola precisa realizar adaptação razoável em seu modo de atuar, para superar barreiras, ampliando a participação das mulheres (membros e servidoras) nos cursos, eventos, publicações e em todas as atividades que desenvolva. Cursos itinerantes que cheguem a todas as regiões, inclusão ainda maior do número de mulheres que atuem como capacitadoras, ins-

trutoras ou painelistas, que expressem o olhar feminino sobre o Direito e a Justiça, são exemplos que ilustram.

Em tempos de restrições orçamentárias é preciso fazer mais com menos. A integração do planejamento da Escola com es-  
cuta regular e sistemática aos órgãos de coordenação do MPU, para que indiquem os cursos necessários, por um lado, e a eliminação de unidades administrativas de ensino e treinamento da PGR, cujos objetivos se superpõem às finalidades da Escola, com absorção de tais projetos, por outro lado, são fatores capazes de assegurar maior eficiência na gestão dos recursos, atendendo às exigências da EC 95.

Finalmente, faço um convite. Este ano temos a oportunidade de refletir sobre os 30 anos da Constituição Federal, e o Ministério Público da União que construímos. Vários projetos e iniciativas estão sendo desenvolvidos pela PGR (por todas as suas Câmaras, PFDC, e demais unidades), e pelas Procuradorias Gerais do Trabalho, Militar e do MPDFT. Gostaria que a Escola Superior do MPU também se somasse a essas iniciativas, e contribuísse com reflexões sobre os novos desafios institucionais. Sabendo o Ministério Público que fomos e o que somos, que consigamos prever o que seremos, ou que desejamos vir a ser.

Muito obrigada.